

DESENVOLVIMENTOS E SUSTENTABILIDADES NO ESPAÇO URBANO CARIOCA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS RUMOS DA CIDADE

Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi

Graduando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
mateusviriato@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a complexidade dos conflitos políticos e sociais presentes no espaço urbano do Rio de Janeiro, diante do modelo de desenvolvimento consolidado pelo “pacote ideológico” da Cidade Global. Inserido no processo de globalização, o projeto de modernização da cidade é fruto do pensar progressista-ocidental e se realiza através da tendente homogeneização/fragmentação do espaço socialmente construído. Tendo em vista a assimetria em que se dá a relação entre as escalas local e global de produção e representação do espaço, torna-se evidente a insustentabilidade do Planejamento Estratégico da Cidade. Portanto, apresentar-se-á outras possibilidades de desenvolvimentos do/no urbano, baseadas numa integração social mais complexa que a condição de consumo, visando garantir aos cidadãos direitos iguais e o livre usufruto do espaço vivido.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Rio de Janeiro, Cidade Global, Urbano.

DEVELOPMENTS AND SUSTAINABILITIES IN RIO DE JANEIRO URBAN SPACE: A REFLECTION ON THE PATHS OF THE CITY

Abstract

This article discusses the complexity of political and social conflicts presents in the urban area of Rio de Janeiro, in view of the development model propagated and installed by the "ideological package" of Global City. Inserted in the globalization process, the modernization project is a result of the West's progress thinking and it's realized through the tending homogenization/fragmentation of the socially constructed space. Considering the asymmetry of power that permeates the relationship between local and global scales of space production, becomes obviously the unsustainability of Strategic Planning of the City. Therefore, will be presented other opportunities for development of/in the city, based on a social integration more complex than the consumer condition, ensuring for citizens equal rights and a free enjoyment of lived space.

Keywords: Development, Sustainability, Rio de Janeiro, Global City, Urban.

A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que não deixemos de caminhar.

– Eduardo Galeano¹

O fenômeno espaço-temporal da globalização, enquanto projeto de modernização e desenvolvimento capitalista, consolidou não apenas o progresso material em si, mas também seu sistema de virtualidades em todo o mundo. Este complexo movimento, sob a óptica aqui apresentada, está integrado à nova espacialidade contemporânea, em que as grandes cidades assumem uma centralidade absoluta nas relações de poder globais e, por sua vez, tornam-se epicentro de novas transformações e contradições do capital. Neste quadro, observa-se uma profunda reestruturação da dinâmica urbana, em que projetos concebidos por atores globais se inserem como hegemônicos na esfera local do viver. Assim, o lugar, berço da tradição e da identidade social, onde se dá a vivência do cotidiano, torna-se palco de novas desigualdades e racionalidades, convenientes à reprodução do capital.

A consideração do espaço multidimensional e inter/intraescalar é fundamental para compreender a atual problemática da cidade do Rio de Janeiro, apresentada neste artigo. Pois o mesmo objetiva propor novas vias de desenvolvimento para o urbano, alternativas que apresentem a solidariedade, a liberdade e a utopia como vetores essenciais. Para além da “mercantilização da vida”, esse estudo apresentará possibilidades de um convívio mais sustentável na cidade, onde o encontro e mixofilia se tornem uma realidade trivial.

Desenvolvimento, discurso e ocidentalização: a globalização de um imaginário

Em nosso mundo moderno, progredir e desenvolver são certezas, tornaram-se metas absolutas para tudo e todos. Sustenta-se a ideia de um caminho único não apenas para o sucesso econômico e político, mas também

¹ No Fórum Social Mundial de 2005.

para a consolidação da própria autonomia social. Aqui, cabe a nós questionarmos qual é matriz do pensamento progressista que está em voga atualmente. A interpretação historicamente construída e hegemonicamente concebida de desenvolvimento pelo Ocidente é recorrente no discurso político de diferentes localidades e já se perpetuou como tal no seio do imaginário social. Assim, se faz necessária uma abordagem contextual a respeito do processo de “ocidentalização do mundo”, este complexo movimento que atribui um campo de significações referentes ao projeto moderno, que o afirmam e reproduzem-no sob o paradigma dos ideais de “desenvolvimento” e “progresso”, apresentados como verdadeira síntese da civilização.

O contexto histórico do século XVIII torna-se um importante referencial para o estudo do processo de ocidentalização, pois sua origem se encontra no advento da Modernidade Ocidental. Tal movimento representou uma ruptura com a conjuntura social e econômica prévia, o feudalismo, e uma revolução em diversos aspectos. Do ponto de vista político, a Era Moderna é caracterizada pela formação e afirmação do Estado-Nação, o território agora institucionalizado passa a ser controlado e centralizado pela figura do soberano. No plano econômico, nota-se a gênese do próprio capitalismo, enquanto um novo sistema de trocas baseado na mercantilização, produtividade e capitalização da vida. Essas transformações conjunturais foram promovidas e protagonizadas pela classe então emergente nas cidades (a burguesia) e é justamente a racionalidade desse grupo social que irá revolucionar a ideologia de mundo vigente até então. Houve uma profunda reestruturação de todo o pensamento europeu ocidental, principalmente a partir das idéias de Descartes, em que se consolida um paradigma cultural sob a perspectiva materialista-mecanicista de se pensar.

Rehbein (2010) aponta dois elementos da filosofia cartesiana que marcaram o pensamento moderno: o antropocentrismo e o caráter pragmático-utilitarista da ciência e do conhecimento. A ideia do homem como centro do universo concebe um novo indivíduo, autônomo e instrumentalizado para “operar” sobre o espaço. Paralela à racionalização moderna, a laicização da sociedade constituiu outro processo fundamental para o progresso técnico. A

chamada “dessacralização do mundo” libertou o homem das amarras religiosas que o envolviam e o limitavam no questionamento de sua realidade. Agora ele torna-se senhor e possuidor da natureza, operador supremo e incontestável dos objetos e coisas. Assim, o pensar da ciência e da técnica como motrizes para o desenvolvimento social consolidou o afastamento entre o indivíduo moderno e a natureza que lhe envolve e condiciona. No entanto, foi justamente sobre essas bases ideológicas que o modelo de sociedade ocidental, somado a toda sua cosmogonia, se difundiu para os demais continentes.

Em seu texto, Hall (2002) apresenta a conceituação de “Oeste” e “Leste” para representar, de maneira simplista, porém muito esclarecedora, os diferentes modelos de sociedade. O autor apresenta o Oeste como um ideário historicamente construído, mais do que um fato geográfico, pois alude a todo um sistema de representação e significação. O chamado Ocidente seria então uma metáfora para o “centro” do mundo, símbolo de uma sociedade desenvolvida, modernizada, urbana e capitalista. Esta divisão feita pelo autor também nos permite criar um critério de avaliação e comparação com outras culturas, no qual somos capazes de caracterizar, classificar e hierarquizar diferentes sociedades dentro de um sistema-mundo. Assim, é possível enxergar tal quadro cultural a partir de um “muro” de diferenciação entre o “eu ocidental” e o “outro não-ocidental”, em que o primeiro se difunde e avança sobre o segundo, impondo seu projeto civilizatório como hegemônico. Serge Latouche (1994) propôs o termo “ocidentalização do mundo” ao referir-se a esse processo de dominação e subalternização articulado pelo Oeste, como explica no trecho:

O Ocidente não é mais a Europa, nem geográfica, nem histórica; também não é mais um conjunto de crenças partilhadas por um grupo humano que perambula pelo planeta; nós nos propomos a lê-lo como uma máquina impessoal, sem alma e, de ora em diante, sem mestre, que colocou a humanidade a seu serviço. (p. 13)

Em Ferrara (1996), a ideia de “globalização do imaginário” é proposta para designar tal movimento global de padronização de valores e costumes, que tende a uma homogeneização do cotidiano e, conseqüentemente, do próprio espaço socialmente produzido. Configura-se um quadro em que os grandes centros político-econômicos mundiais atuam como polos de influência

ao “exportar” para os demais países periféricos um modelo de civilização que se naturaliza e enraíza nas relações sociais capitalistas, através da sucessiva criação de imagens e representações. O imaginário do Ocidente constituiu um campo de verdades sob o qual ele se sustenta e se reproduz. Observa-se, orgânico ao avanço do capitalismo pelo mundo, um verdadeiro processo de legitimação da superioridade e transformação das diferenças culturais entre as múltiplas geografias em “desigualdades hierarquizadoras”, consolidando um projeto civilizatório hegemônico, como sintetiza João Rua (2007, p. 151):

em uma espécie de espiral capitalista que difunde espacialmente o modo de agir, pensar e produzir que algumas regiões do Ocidente já haviam desenvolvido. Esse projeto civilizatório levou a todas as partes do mundo (embora com intensidade diferenciada), não apenas a lógica industrial, produtivista, utilitarista e consumista do capitalismo, mas a concepção dicotômica da relação homem/natureza, desenvolvida na modernidade ocidental.

Assim, é fundamental considerar a ocidentalização como um vetor inerente à expansão do sistema capitalista, esta que se dá com incessante acúmulo de verticalidades e a maximização de sua extensão pelo globo, a fim de submeter novos territórios não apenas à sua ordem econômica, mas também a uma lógica político-social conveniente à reprodução do próprio capital. Ainda segundo Rua (2007), a percepção desse processo requer uma importante diferenciação do termo “modernização” e “modernidade”. O primeiro é referente à dimensão infraestrutural do desenvolvimento, à própria materialização do moderno no espaço, já o outro, compreende um conjunto de valores e perspectivas que caracterizam a racionalidade burguesa ocidental, constituindo assim a superestrutura necessária para que o progresso se realize. Apesar de termologicamente diferente, modernização e modernidade caminham juntas, pois a condição fundamental para concretização das formas são as virtualidades do tecido social (SANTOS, 2006). Estas últimas que são criadas e enraizadas através da difusão de imagens e, principalmente, das sucessivas práticas discursivas.

O discurso, produtor de conhecimento e sentidos através da linguagem, também é uma poderosa forma de representação, prática que influencia e integra outras práticas (HALL, 2002). A relação poder-saber, baseada na abordagem focaultiana, evidencia que o conhecimento sempre tem um

propósito e somente é buscado por sua utilidade. Dessa forma, não há relação de poder sem a constituição de um correlativo leque de saberes, e vice-versa. A intencionalidade deve ser um elemento aqui destacado, pois a ação discursiva envolve a projeção de um agente para um fim, de modo que o produto desejável já está subliminarmente contido no processo produtivo (SANTOS, 2006). Sobre essa base teórica, não é possível um discurso inocente, pois há sempre uma esfera ideológica inerente às palavras que usamos e à maneira como empregamos as mesmas para transmitir a informação sobre um fato. Uma gama de representações sociais e simbolismos complexos estão implícitos em cada leitura realizada (LEFEBVRE, 1991). Nossas diferentes significações e imaginações constroem versões distintas de um mesmo fato. Assim, a questão não reside na validade ou falsidade do fato, mas em sua construção descritiva, ou seja, na via intencional e ideológica com a qual praticamos a linguagem.

Dessa maneira, o discurso do Ocidente implica diretamente na dominação intelectual e subjetiva das demais culturas. Citando a noção de “colonialidade do poder” de Quijano (2002), João Rua (2007, p. 145) denominou tal movimento de “colonização da realidade”, na qual observa que “o desenvolvimento havia alcançado o “status” de uma certeza no imaginário social e a realidade parecia colonizada pelos discursos que o enalteciam”.

Portanto, a noção de globalização trabalhada neste artigo é de caráter multidimensional e multiescalar, considerando-a como um conjunto de complexos processos e transformações estruturais não apenas nas esferas política, econômico-produtiva ou comunicacional, mas prioritariamente como uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. Ressalto que a produção do espaço social, por pessoas vivas e concretas, só será satisfatoriamente entendido se contemplarmos a realidade do cotidiano. Sob essa perspectiva, a globalização enquanto fenômeno espaço-temporal está diretamente relacionada às dimensões do pensar e do agir da sociedade, a partir do momento em que novas racionalidades, concebidas pelo Ocidente, lhes são impostas, seja por consenso ou controle e coerção. Tal abordagem também nos facilitará a enxergar as bases assimétricas de poder em que se

dão os intercâmbios entre as escalas de representações globais e dos lugares, e de que forma estas se reproduzem sobre tais bases, como veremos adiante.

A espacialidade pós-fordista, o papel das cidades e a nova desigualdade socioespacial

Desde a segunda metade do século XX, o mundo assistiu um conjunto de profundas transformações políticas e econômicas que redefiniu a ordem global vigente. A crise estrutural do capitalismo, manifestada no início da década de 70, através da queda da taxa de lucro e redução dos níveis de produtividade do capital, simbolizaram a saturação do padrão “keynesiano-fordista” frente à nova conjuntura que se delineava mundo afora. Tal regime de acumulação foi protagonizado pelos Estados Unidos desde o término da Segunda Guerra Mundial e tinha como base a rigidez do processo produtivo, dos investimentos de capitais, dos mercados de consumo e dos compromissos de Estado. No entanto, a emergência de novas potências globais, com a recuperação econômica da Europa e do Japão, aliada ao encarecimento das fontes de energia, apontavam para a saturação do modelo e conduziram ao seu esgotamento. Tornou-se então fundamental para o ciclo de reprodução capitalista uma reestruturação produtiva que atendesse às novas demandas e prosperasse sobre as incertezas do quadro econômico global.

Considerando a dimensão espacial, as transformações no padrão de acumulação do capital traduziram uma nova racionalidade do espaço produtivo. A chamada Terceira Revolução Industrial foi fundamental nesse movimento, pois o desenvolvimento da automação e da eletrônica tornou possível uma reorganização da produção industrial em escala global. Para Milton Santos (2006), a ciência, a tecnologia e a informação são a base técnica da vida social contemporânea, o que levou o autor a caracterizar o meio no qual vivemos como “técnico-científico informacional”. É um meio geográfico no qual o território não apenas inclui obrigatoriamente estes três elementos, mas também é qualificado pelos mesmos. Assim, as condições históricas e materiais para a realização daquilo que muitos autores denominaram de “acumulação flexível”

ou “pós-fordismo”, traduz uma ampla transformação espacial e técnica da atividade econômica mundial.

Configura-se a hodierna espacialidade da contemporaneidade capitalista, caracterizada pela nova divisão internacional do trabalho e por uma lógica de aglomeração populacional nas grandes cidades. A tecnologia da informática torna possível a dispersão geográfica do setor produtivo, ao passo que integra simultaneamente as atividades das diversas economias dentro de um sistema financeiro mundial. Como aponta Sassen (1993, p. 188): “A geografia e a composição da economia mundial transformaram-se de modo tal que produziu uma complexa dualidade: uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa, mas ainda mundialmente integrada.”

A autora afirma que as consequências desse quadro redimensionam o papel das cidades, estas passam a desempenhar um papel estratégico na atual fase da economia. Nesta, os principais centros urbanos concentram as principais funções do capitalismo, constituindo “lugares-chave” para a expansão do capital. Assim, se desenha uma nova lógica em que os avanços da telecomunicação são aplicados para funções centralizadoras, ou seja, as cidades assumem a posição central do gerenciamento e regulação de uma cadeia produtiva espacialmente desconcentrada em escala global. Este novo quadro, em que serviços altamente especializados e funções de gerência no nível máximo se localizam dentro das cidades, consolida-as como núcleos estruturais de um vasto sistema econômico organizado em rede. O que nos leva a pensar na ideia de uma nova cidade:

Estas cidades vieram a concentrar tão vastos recursos e as indústrias de liderança exerceram tão pesada influência na ordem econômica e social destas cidades, que acabaram por criar a possibilidade de um novo tipo de urbanização, de uma nova cidade. Eu a chamo de cidade global. (SASSEN, 1993, p. 188)

Tendo em vista o conceito de cidade global, figura diante de nós um novo espaço urbano, que é receptáculo e espetáculo. Como publicara Max Weber, a cidade é essencialmente um “local de mercado”, ou seja, sua função primordial é concentrar consumo e troca de mercadorias em um território (SOUZA, 2005). De modo que, no contexto da globalização, essas localidades passam a constituir poderosas centralidades, se tornam destino dos principais

fluxos de capital, informação e pessoas. No entanto, além de receptor, o espaço da cidade também é difusor de imagens, racionalidades e práticas sociais. Interpretada como espetáculo, a dinâmica da cidade global e as identidades culturais que se constroem nela influenciam diretamente sociedades de outros locais, funcionando assim como modelos representativos do progresso e do moderno. Em sua obra, Souza (2005, p. 28) contempla tal dimensão das cidades:

a cidade é, igualmente, um “centro de gestão do território”, por sediar as empresas. Porém, nem tudo se resume à economia! A cultura desempenha um papel crucial na produção do espaço urbano e na projeção da importância de uma cidade para fora de seus limites físicos, assim como o poder.

Sob essa perspectiva, Bauman (2009) refere-se à nova fase histórica das cidades globais no fim do século XX, epicentros das transformações em curso do sistema capitalista. Alega que a globalização confere às grandes cidades as funções mais avançadas do sistema capitalista, porém também pontua que, por outro lado, novos fluxos populacionais são gerados em direção a estes centros, onde se observa uma profunda verticalização do tecido social. A redistribuição espacial das pessoas proporcionou a reconfiguração da divisão de renda, ampliando e cristalizando as desigualdades sociais na maioria dos grandes centros urbanos. Assim, temos de ter em mente um desenvolvimento geográfico capitalista que é desigual e combinado, de modo que o projeto de modernização, apesar de afetar todo o espaço urbano, desencadeia consequências políticas, econômicas e sociais bastante desiguais dentro de uma mesma escala local. Desenha-se uma realidade segregada e fragmentada que nos remete à lógica de diferentes “cidades na cidade”, ou seja, revelam-se assimetrias intraescalares de poder.

Segundo Marx, tal geografia da desigualdade é reproduzida pela realidade de distribuição dos “recursos sociais” (serviços, informações, investimentos, etc.) dentro do ambiente local. A densidade dos recursos varia acentuadamente dentro de um mesmo bairro na cidade, bem como a qualidade dos mesmos pode ser completamente distinta (PEET, 1975). As condições de mobilidade também devem ser consideradas, Harvey (1980) aponta que as mesmas devem ser analisadas de acordo com os limites de acessibilidade aos

recursos disponíveis no espaço. Assim, a segregação se perpetua quando classes sociais já hierarquizadas na estrutura do sistema capitalista desfrutam de espaços por demais desiguais, que concentram recursos em proporções injustas e com disponibilidades de acesso muito variantes.

É importante notar que as desigualdades sociais que se acentuam no urbano estão integradas às transformações estruturais do sistema capitalista discutidas anteriormente. Como demonstra Harvey (1992), no pós-fordismo, com a reformulação das relações entre a tríade Estado-capital-trabalho, se observou a gradual minimização do papel social do Estado, o que por sua vez representou uma dissolução dos direitos civis e trabalhistas conquistados durante o modelo de Bem-Estar Social. Com a crise do “welfare state”, o Estado corporativista que anteriormente atuava como mediador da luta de classes deixa de assumir este compromisso, tomando como principal objetivo o crescimento econômico e a competitividade internacional. Agora, o Estado se apresenta como parceiro hegemônico do setor privado e, em última instância, age sempre em nome do empresariado. Neste contexto de um mundo cada vez menos “westfaliano”, entregue ao mercado financeiro, elaboraram-se novas virtudes governamentais, expressas expressas sob o ideal do neoliberalismo, que sintetizam as construções ocidentais de desenvolvimento e o crescimento econômico como metas finais.

Referindo-se ao espaço urbano brasileiro, Cayres *et alii* (2010) aponta que a perspectiva neoliberal se baseia em três princípios: a “reversão de proteção e direitos sociais”, a “desregulamentação do Estado” e “privatizações de empresas públicas”. Agora é o mercado que assume papel central na regulação e controle das atividades sociais, sobrepondo-se as esferas do Estado e do trabalho. É diante desse quadro político, onde os cidadãos são cada vez mais vistos como meros consumidores e não como indivíduos portadores de direitos, que devemos analisar a questão da nova desigualdade social contemporânea. Virgínia Fontes (1997) demonstra que o mercado não comporta exterioridade, de modo que quando alguém é “excluído” do mesmo, na realidade é sempre alocado em suas margens, a espera de ser incluído novamente, sob outras condições. Baseando-se em Foucault, a autora

apresenta a ideia de “exclusão interna” para se referir à não admissão de exterioridades pela sociedade capitalista.

Seguindo este raciocínio, a consolidação de uma superpopulação relativa, similar àquela que Marx denominara de “exército industrial de reserva de mão-de-obra”, pode ser interpretada como orgânica à dinâmica capitalista. Porque o capital depende desta parcela populacional “sobrante” para pressionar a queda dos salários e submeter o mercado de trabalho ao seu controle. Segundo José de Souza Martins (1997), a exclusão, do ponto de vista sociológico, não existe, pois na realidade ela é fruto do complexo processo de redefinição de posições e localizações das pessoas no mundo do trabalho e na vida social em geral. Dessa maneira, o que se chama de “exclusão social” acaba por constituir “o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal” (MARTINS, 1997, p. 26). O autor acrescenta que o problema da suposta exclusão nasce com a própria sociedade capitalista, é estrutural a ela, e só se tornou mais visível nos últimos anos devido a uma nova realidade para a inclusão dos marginais:

A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. (...) O problema da exclusão começa a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão... (MARTINS, 1997, p. 32)

Assim, vislumbrava-se um período transitório entre a exclusão e a (re)inclusão, em que o desempregado era entendido apenas como condição efêmera dentro uma transição de condições. A questão é que, em função das transformações estruturais até aqui observadas, o modo de absorver a superpopulação, “massa sobrante” criada pela sociedade moderna atual, está mudando. Esta agora, considerada como supérflua, tem pouca ou nenhuma chance de ser (re)incluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico,

Em outras palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório. (MARTINS, 1997, p. 33)

Esta última passagem do autor é essencial para concluir a ideia de que a sociedade moderna capitalista gera uma nova realidade da desigualdade espacial, inerente às grandes cidades. É nova não apenas em sua dimensão, visto que o processo de “miseropolização” afeta um contingente cada vez maior

de pessoas (SOUZA, 2005); mas também em termos qualitativos, pois o sujeito agora excluído não encontra novas perspectivas de enraizamento. Logo, uma vez supérfluo sempre supérfluo, visto que seus atributos, valores e tradições já não são mais compatíveis com uma lógica de troca competitiva e perversa.

A inclusão precária dos marginais, quando ocorre, restringe-se apenas ao plano econômico, mas não se dá na dimensão sociocultural. Na luta cotidiana pela reprodução de si, o indivíduo pobre das periferias urbanas muitas vezes consegue variados trabalhos, em sua maioria informais, porém estes só lhe dão condição de consumo, que por sua vez é limitada. O esforço de seu trabalho não o reintegra numa sociabilidade normal, sua moral não é reconstituída, o que acaba por comprometer sua própria condição humana. Nesse contexto de precarização da vida, é possível afirmar que alguns grupos sociais estão inaptos às condições de sociabilidade contemporânea, pois suas identidades culturais não são reconhecidas e os padrões comportamentais, normativos e representativos que lhes são impostos estão quase sempre além da sua capacidade de adaptação.

A cidade do Rio de Janeiro e o projeto de cidade global

Tendo em vista o atual contexto global já discutido, em que a ideologia neoliberal emerge como paradigma nos governos locais, cabe aqui analisar o caso do Rio de Janeiro. O espaço urbano carioca, integrado ao desenvolvimento moderno capitalista, absorve o “fardo ideológico” do projeto de cidade global. Nesse quadro, o Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), criado nos moldes do plano estratégico de Barcelona, emerge nos discursos e práticas governamentais como a “fórmula” exata e única para a adaptação do local à economia global e para se alcançar o progresso. Tal modelo de pensar a cidade revela uma perspectiva limitada e tautológica de desenvolvimento espacial (GODINHO, 2010), em que se segue indubitavelmente e cegamente um padrão urbanístico hegemônico e universal. Denomina-se urbanístico porque é limitado em sua percepção do urbano, porém as concepções e práticas que reproduzem afetam o espaço como um todo, contribuindo para a sua banalização.

Como demonstra Vainer (2009), o planejamento adotado pelo governo para a capital carioca é inspirado em uma lógica proveniente da gestão de empresas, em que se importam métodos e técnicas empresariais às políticas públicas. Dessa maneira, o governo desempenha medidas empreendedoras ao invés de administrativas; observa-se um esvaecimento da política propriamente dita frente a uma nova dinâmica de intensa competitividade entre as centralidades locais. Hoje, as grandes cidades competem entre si para atrair capitais, tecnologia, indústrias, serviços de qualidade e força de trabalho qualificada. Um exemplo e consequência dessa tendência é o chamado “*city marketing*”, no qual se faz da cidade uma “vitrine” e se visa promover sua imagem para o exterior através de uma gama de “vantagens comparativas”. Essas transformações acabam por reestruturar o modelo de cidade que vivemos, no qual a cidadania e a participação popular sucumbem frente aos interesses do grande capital.

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. (...) Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como o crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana. (VAINER, 2009, p. 76)

Assim, segundo o autor o planejamento normativo e compreensivo, baseado no urbanismo clássico-moderno, cede espaço ao planejamento neoliberal, em que reina o pragmatismo, o realismo e o sentido prático, onde a produtividade é a meta-final. Segundo o mesmo, vivemos atualmente a utopia da “cidade negocial”, a realidade de um espaço que é empreendimento e mercadoria, que está a “venda” e pode ser “comprado”. Sob essa linha teórica, Godinho (2010) ressalta que a cada momento histórico a cidade é entendida e concebida de formas diferentes, e critica a lógica da atual “cidade empresa”, pensada para o consumo, onde na prática só goza dos privilégios de cidadão quem tem poder de compra. Basta considerarmos que o Rio de Janeiro é hoje, em termos de custo de vida, uma das cidades mais caras do mundo, e não é à

toa. Assim, no “despotismo do capital” contemporâneo, a *city* submete a *polis* e o que vale é a troca (VAINER, 2009).

O poder local é redefinido e incorpora novos significados, de modo que o governo da cidade torna-se parceiro do setor privado, muitas vezes quase orgânico ao mesmo. O prefeito assume funções similares a de um gerente e, em contradição com seu discurso, promove o progresso apenas a um grupo de elite de potenciais compradores (ESPN, 2012). Diante da valorização das trocas, o espaço urbano tem seu valor de uso intensamente desvalorizado, vide a mínima quantidade de espaços públicos disponíveis na cidade e a condição depredada dos mesmos. Marcelo Freixo (ESPN, 2012, transcr.) demonstra que numa realidade onde os negócios são a alma da cidade, os grupos pobres são considerados como uma parcela “de escassa relevância estratégica”, de modo que o indivíduo que não é capaz de consumir não “serve” para ser cidadão, torna-se marginalizado:

Como qualificar o processo em marcha? Se se toma a experiência do Rio de Janeiro, em que um consórcio empresarial e associações patronais, em parceria com a Prefeitura, conduziram o processo de maneira absolutamente autoritária e fechada à participação de segmentos de escassa relevância estratégica, talvez se devesse falar de democracia direta da burguesia. (VAINER, 2009, p. 90)

O cotidiano da distopia: violência e medo

Considerando-se a afirmação do modelo de “cidade empresa”, torna-se fundamental para nosso estudo compreender de que forma as práticas do Planejamento Estratégico interferem e transformam a vivência cotidiana do cidadão carioca. O projeto de cidade global, em sua dimensão material e simbólica, influencia diretamente no espaço vivido da população, através de novas percepções e racionalidades impostas por atores globais. Desenha-se uma realidade caótica em que a cidade é concebida por aqueles que não pertencem a ela fato, ou não se sentem pertencidos à mesma. Os grandes fluxos de capitais estrangeiros que aqui chegam e promovem obras, reformas e revitalizações não estão de acordo ou integrados à identidade social local, muito menos a reconhecem.

Godinho (2010), baseando-se em Lefebvre, aborda as condições desiguais sob as quais se dão os intercâmbios entre as escalas global e local

de produção e representação do espaço. Nesta, a “ordem distante”, o espaço concebido globalmente, se impõe sobre a “ordem próxima”, o espaço vivido. O lugar, berço da tradição, onde se dá a vivência do cotidiano, insere-se num contexto de troca e confronto com o global, referente aos sistemas de representação espaciais hegemônicos que visam se concretizar no primeiro. Ao refletir sobre o assunto, Bauman (2009, p. 35) defende que:

As cidades contemporâneas são os campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam. (...) É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida - de todas as cidades, sem sombra de dúvida, embora não de todas elas no mesmo grau.

Tendo em vista tais conflitos e, conseqüentemente, a reconfiguração da dinâmica cotidiana do Rio de Janeiro, aponto para as novas relações entre os cidadãos e destes com o local no qual habitam. Consolida-se o que designo de “cotidiano da distopia”. A palavra *distopia* tem origem no grego antigo, em que partícula *dis* designa “dificuldade, dor, privação e infelicidade”, enquanto que a palavra *topos* significa “lugar”. Portanto, *distopia* tem como significado “lugar infeliz”. De modo que o cotidiano distópico remete à ideia de uma vivência incômoda, em que se diluem as identidades e referências do espaço vivido e se configura um local que é estranho aos seus próprios moradores.

Carlos (2001) apresenta esta problemática característica das cidades globais, em que a mercantilização contínua do solo de propriedade privada transforma e ressignifica o local. O espaço-mercadoria torna-se banalizado, explorado, redefinido constantemente, de modo que a cidade perde seus referenciais urbanos em função da rapidez com que sua morfologia se transforma. Nesse contexto, a autora caracteriza o local ausente de tradições e identidades como “espaço amnésico”, esvaziado na dimensão das relações sociais, pois o conteúdo da prática socioespacial é gradativamente desgastado. Assim, temos diante de nós um processo de globalização que homogeneiza, pois consolida a mundialização da sociedade urbana, ao passo que fragmenta, não só o espaço e seus usos, mas o próprio indivíduo e suas virtualidades.

Dessa maneira, temos hoje uma configuração urbana no Rio de Janeiro em que é possível identificar diferentes realidades de cidade dentro da cidade, ou seja, a cristalização de desigualdades socialmente hierarquizadas nas

diversas parcelas do espaço geográfico. Por um lado, consolidam-se áreas de representação do espaço concebido hegemonicamente, locais que tendem a homogeneização através da repetição indefinida de um modelo que limita os usos e reduz o modo de vida a atos e gestos repetitivos, evidenciando-se aí comportamentos orientados e vigiados. Como exemplo, temos o bairro da Barra da Tijuca, onde a crescente especulação imobiliária e a instalação de “antros de consumo”, como shoppings e supermercados, caracterizam um bairro com o solo majoritariamente privado, acessível e disponível apenas para alguns. Enquanto que, por outro lado, é possível identificar espaços de representação dentro da cidade, onde a tradição local e a força das identidades construídas na relação sociedade-lugar acabam por consolidar sistemas culturais próprios (LEFEBVRE, 1991). É o caso dos espaços de representação das favelas e das periferias, que alheias ao controle direto do governo, acabam por constituir focos de resistência ao avanço do capital e a implementação da sua lógica urbanística. Note-se que estes locais, ao contrário dos privados, são acessíveis e estão “abertos” ao público, porém o seu uso é diferenciado, considerando que a maioria dos sujeitos que o ocupam mantêm laços de tradição com o lugar.

Tal diferenciação alude a uma curiosa ideia que deve ser aqui considerada: na cidade do Rio de Janeiro há pessoas que são mais “ocidente” do que outras. Ou seja, assim como os locais, certos indivíduos se modernizam e desenvolvem à maneira concebida pelo Ocidente, enquanto que outros, mesmo que seduzidos pela hegemonia do projeto, são incapazes de assumi-lo. Bauman (2009), ao refletir sobre a modernidade líquida, demonstra como esta complexa fragmentação do espaço urbano reflete nos modos de vida dos cidadãos. Ele aponta para dois “mundos-de-vida” diferenciados e separados: um seria o da “elite global”, que detêm as condições técnicas de mobilidade e de conexão extraterritorial; o outro, seria referente às redes locais fragmentárias, territorialmente circunscritas, presas à esfera do local e seus conflitos. Assim, novamente se evidencia a desigualdade na base das relações sociais urbanas:

os que vivem no primeiro dos dois mundos-de-vida – embora se encontrem, exatamente como os outros, “no local” – não são “daquele

local”: não o são idealmente, com certeza, mas muitas vezes também não o são fisicamente. (...) Seus interesses flutuam em outros locais (...) O mundo-de-vida dos outros, cidadão da “última fila”, é exatamente o contrário. Estão condenados a permanecer no lugar. Para eles, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate a luta para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo. (BAUMAN, 2009, p. 29)

Diante dessas profundas contradições no viver, em que os cidadãos apresentam experiências de espaço-tempo e condições ao exercício da cidadania totalmente distintas, o autor conclui que as cidades globais estão destinadas a seguir o caminho da fragmentação e do medo. Na realidade do Rio de Janeiro, podemos pontuar que a postura individualista do governo neoliberal, com o colapso do Estado social e o fim da solidariedade jurídica, favorece a tendência prescrita. Como exemplo, Fernandes (2007) apresenta a articulação entre o aumento da violência e da sensação insegurança na capital carioca, somada ao “descrédito das instituições de ordem”. O Estado moderno, que anteriormente se incumbira da tarefa de administrar o medo, hoje promove um projeto de modernização que destrói as redes clássicas de proteção arquitetadas por ele próprio, tornando-as obsoletas e ineficazes (BAUMAN, 2009).

Assim, Fernandes (2007) demonstra de que forma o aumento da violência urbana no Rio de Janeiro, articulado ao agravamento das desigualdades sociais e à intensificação da estigmatização socioespacial das favelas, “cristalizaram” o imaginário da insegurança em cada cidadão. Nesse quadro, o próprio discurso político que se dá à violência alimenta a falta de segurança, há uma tendência à retórica que criminaliza a pobreza e a marginalidade. Surgem novas “classes perigosas” que se camuflam entre as classes baixas, estão separadas apenas por uma linha tênue, pois não só ocupam o mesmo espaço, mas também compartilham o mesmo sistema cultural.

O medo, então, se instala nas diferentes parcelas do espaço e nos variados perfis sociais, assumindo diferentes expressões. Observa-se na cidade do Rio de Janeiro uma crescente mixofobia (medo de misturar-se), não apenas na dimensão virtual das relações sociais, mas evidente no próprio metabolismo material do “progresso”, na metamorfose das formas concretas.

Atualmente, as construções imobiliárias não são pensadas no sentido de integrar a comunidade local, mas sim para proteger uns habitantes de outros. Arquiteta-se uma estética de segurança que se expressa nos condomínios, muros e grades da cidade. A consolidação destes “espaços vedados” não só é consequência do medo contemporâneo, fruto de uma mentalidade obsidional, mas também se torna motor do mesmo. Assim, a capital carioca apresenta um convívio cada vez mais insustentável diante de um desenvolvimento material e técnico desumanizante e excludente:

Bairros, casas, ruas, monumentos: obras humanas que parecem sobrepor-se a ele, devorando-o e excluindo-o de suas produções. Quando incluído, em alguma placa ou referência, acaba por ser reverenciado através de heróis que o representariam. Homens devoram homens através de objetos que os sobrepoem. (GODINHO, 2010, p. 12)

(Des)envolvimento socioespacial: por um convívio mais sustentável

Tomando como ponto de reflexão a construção do pensar ocidental e suas múltiplas implicações no formato e conteúdo do desenvolvimento, como visto ao longo do texto, torna-se evidente a crescente insustentabilidade do progresso moderno em diferentes escalas e planos da vida social. Seja em relação à economia, política ou cultura, o que vemos é a saturação de um paradigma. O discurso do desenvolvimento e a prática do projeto de modernização da cidade não coincidem, na realidade, apresentam graves contradições, ao passo que promovem um campo de desigualdades no espaço urbano. Cabe agora, explorar outras possibilidades e vias alternativas ao modelo hegemonicamente concebido de desenvolvimento.

Sobre o tema, Marcelo Freixo aponta duas possíveis vias para o desenvolvimento urbano: uma, através da cidadania e interação, pensada pelo cidadão que se engaja e participa das políticas públicas; a outra, através da consolidação da cidade-empresa e da “despolitização da política”, como tem se dado ultimamente. Bom, se estamos tratando dos rumos da governabilidade local, temos de entender que seu principal dilema na contemporaneidade é o de encontrar soluções locais para problemas globais. A cidade é hoje um depósito de problemas causados pela globalização, não incluir as comunidades

locais ou estagná-las através da ausência de políticas públicas integrais e emancipadoras parece apenas agravar a perversidade dos efeitos globais:

Esta situação se mantém por recursos informais de poder, mesmo que o sistema político seja formalmente democrático. Nossa aposta teórica, a única que nos parece aceitável eticamente, é que a tomada de decisões para conduzir o país ao rumo da sustentabilidade passa por um aumento nos direitos de participação política e no acesso aos instrumentos de poder. Não acreditamos que um caminho sustentável possa ser construído por qualquer tipo de elite, menos ainda por uma elite que baseia seu poder na riqueza econômica auto-reforçada por padrões seculares de injustiça. (ACSELRAD e LEROY, 1999, p. 24)

Dessa forma, Acselrad e Leroy (1999) defendem que para atingir um modelo sustentável de desenvolvimento urbano devemos estabelecer uma “democracia forte”. Isso porque a integração política da população como um todo abarca outros desafios como a questão da educação, a democratização de informações, a eficácia das instituições democráticas, etc. Assim, somente através de uma ampla reestruturação social e política é que o conceito de cidadania se aplicará a realidade, e a parcela da população hoje concebida como “de escassa relevância estratégica” poderá gozar dos direitos de um cidadão de fato. Outra importante questão contemplada pelos dois autores é a referente à qualidade de vida social, comprometida em função da precariedade dos serviços públicos em nossa cidade, como explicam:

Cidades inchadas, sem um correto planejamento no uso do espaço e uma oferta adequada de serviços públicos, produziram uma degradação constante do espaço de vida da maioria da população brasileira. A falta de saneamento ambiental, somada a uma incontrolada especulação imobiliária voltada para as elites, e a um sistema de transportes irracional e altamente poluente, são elementos centrais desta degradação. (ACSELRAD e LEROY, 1999, p. 23)

Refletindo sobre o cotidiano em si e outras possibilidades de convívio urbano, Godinho (2010), concordando com Bauman (2009), aponta que o processo de globalização atual, ao passo que integra as cidades à economia global está pautado na dissolução dos laços tradicionais do local e na deterioração dos espaços públicos. Ora, mas é justamente no espaço público que se dá o encontro entre os diferentes, estrangeiros de uma mesma cidade, é nesses locais que a diversidade se condensa, pondo fim a traços distintivos da vida urbana. Assim, pode-se dizer que são os lugares públicos os pontos cruciais nos quais o futuro da vida urbana deve ser decidido neste exato

momento (BAUMAN, 2009), de modo que tornam-se fundamentais para consolidar a mixofilia (vontade de misturar-se) na cidade do Rio de Janeiro:

A uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento dos moradores, diminui a tolerância à diferença; e multiplica, assim, as ocasiões de reação mixofóbica. (...) Seria mais favorável à proteção e ao cultivo de sentimentos mixófilos – no planejamento arquitetônico e urbano – a estratégia oposta: difusão de espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores... (BAUMAN, 2009, p. 50)

Arquitetos e planejadores urbanos assim seriam os grandes responsáveis no momento para guiar tal transformação urbana, considerando que a virtualidade da sociedade está intrinsecamente relacionada aos sistemas de objetos e coisas da cidade (SANTOS, 2006). Dessa maneira, a fim de possibilitar um convívio mais sustentável, não só a arquitetura do medo e da intimidação devem ser abandonadas e superadas como o PECCRJ deveria promover a criação de espaços públicos e ampliar os já existentes. Essa seria a solução mais adequada para os conflitos de uma cidade partida, onde parte se caracteriza como “cidade do capital e do trabalho” e outra, “terra de ninguém”, do desemprego e da marginalidade (ACSELRAD e LEROY, 1999).

À luz dos autores aqui apresentados e relacionados, podemos concluir que é possível uma superação do modelo ocidental de desenvolvimento geográfico. Em Santos (2004) é apresentado outro mundo como “possibilidade”, uma nova alternativa de globalização, mais humana e solidaria, para além das contradições capitalistas. O autor destaca que tal movimento deve basear-se primordialmente no respeito e aceitação entre os diferentes indivíduos e os diferentes espaços. Sob tal perspectiva “reglobalizante” é que devemos entender o “(des)envolvimento” como proponho. Longe da concepção moderno-ocidental, afirmo que a liberdade é nuclear ao processo de desenvolvimento, orgânica e essencial para que este se realize de fato. Sen (2000) demonstra que a palavra “desenvolver”, em si, significa “desamarrar” e remete a ideia de libertar-se.

Logo, a alternativa para uma vida cotidiana sustentável, democrática e harmônica implica numa desconstrução do desenvolvimento hegemonicamente concebido pelo Ocidente. Um modelo de desenvolver o urbano que limita e sufoca as utopias da sociedade não é capaz de atingir seus pressupostos

objetivos. Pois o espaço vivido é indissociável das idealizações e fantasias sociais, é nele que se constroem as identidades locais e os laços. Aqui, me refiro à utopia como fonte de esperanças e dos sonhos, inerentes aos seres humanos. Sob um viés otimista, para além da concepção de um “não-lugar”, proponho a pensarmos no “lugar-possível”. Nesse contexto, o utopismo consiste não apenas na idealização de uma cidade, mas de uma vida melhor, de um futuro desejável. Atualmente, torna-se fundamental integrar novas utopias ao planejamento da cidade, afim de que se concretize a expansão das liberdades materiais e espirituais dos indivíduos.

Referências

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CAYRES, Gustavo; ANACHE, Bernardo; PINHO, Miguel; WERMINGHOFF, Felipe; MATOS, Lucas; QUARESMA, Hannah. Ação estatal no espaço urbano: uma comparação entre o período “fordista” e o período neoliberal. **GEOPUC**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, jan.-jun. 2011. p. 1-16.

ESPN. **Juca Kfourri entrevista Marcelo Freixo** - 3º Bloco. 2012. 1 filme (10 min. 41 s.), son., color. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZJhrdfAdVs8>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FERNANDES, Fernando Lannes. Efeitos sócio-espaciais da estigmatização das Favelas no Rio de Janeiro: algumas reflexões preliminares. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 2007, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEGE, 2007. p. 159-171.

FERRARA, Lucrécia d’Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 45-50.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997. p. 34-58.

GODINHO, Gustavo. **Do pragmatismo à práxis do planejamento**: A “emegência” do Planejamento Estratégico e o ensaio sobre algumas possibilidades de sua superação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. *In*: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane. **Development: a cultural studies reader**. Oxford (RUN); Malden (EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PEET, Richard. Desigualdade e pobreza: uma teoria geográfico-marxista. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. Não paginado.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SASSEN, Saskia. A Cidade Global. *In*: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, p. 187-202.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

REHBEIN, Moisés Ortemar. Ensaio sobre o meio (ambiente): os significados de natureza por olhares geográficos. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, 2010. p. 155-175.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

Recebido em agosto de 2012; aceito em setembro de 2012.